

## **CRISE ESTRUTURAL, AUSTERIDADE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Romildo de Castro Araújo  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)  
romildoaraujo@ufpi.edu.br

Geraldo do Nascimento Carvalho  
Universidade Federal do Piauí (UFPI)  
profgeraldocarvalho@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre a crise estrutural do capitalismo, a política de austeridade e o financiamento da educação no Brasil, advogando a importância da relação entre gasto anual e o PIB do país.

Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, realizando uma leitura dos efeitos da crise sobre a educação, discutindo seus impactos mais gerais no financiamento da educação. A adoção do projeto neoliberal impôs sérias restrições aos investimentos em educação no Brasil e diferentes estratégias foram utilizadas para tanto.

A educação sofre um processo de mercantilização no país. Os ajustes estruturais modificaram o papel do Estado, alterando as formas de gerenciamento dos sistemas de ensino. O financiamento da educação encontrou limites impostos nos orçamentos públicos nas últimas décadas, principalmente por conta da fuga da vinculação, da desvinculação, das isenções fiscais, das sonegações e dos contingenciamentos.

### **AJUSTES E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A crise estrutural vem impactando a educação pública brasileira nas últimas décadas. O mercado se impôs à educação como parte da política de austeridade. O neoliberalismo, a reformulação do Estado e as privatizações são expressões desse processo e afetam a escola pública (ARELALO, 2016; LOMBARDI, 2016; SAVIANI, 2016; TONET, 2012). Os autores delineiam as transformações da educação, decorrentes da crise do capitalismo e das imposições dos planos de ajustes, contrapostos à ampliação das políticas educacionais.

Para Saviani (2016), a situação de crise global, de caráter estrutural, impacta fortemente a educação de várias maneiras. A principal delas corresponde à tendência que vem prevalecendo, na qual a educação, de maneira geral, e a escola, em particular, cada vez mais se vergam ante as imposições do mercado. Tal crise se expressa diretamente na ação de grandes conglomerados econômicos, que tomam a educação como objeto de investimento capitalista, assim como nas ações das organizações ditas não governamentais, ligadas a esse grupo.

Isso revela a inadequação da forma anterior da educação frente às exigências do novo padrão de produção e das novas relações sociais, constatando que as teorias, métodos, formas, conteúdos, técnicas e políticas educacionais anteriores já não permitem preparar os indivíduos para a nova realidade. Leva à busca, em todos os aspectos, de alternativas frente à situação. E imprime a essa atividade, cada vez mais, um caráter mercantil. Isso acontece porque, como consequência direta de sua crise, o capital precisa apoderar-se de novas áreas para investir e explorar (TONET, 2012).

Arelaro (2016) sugere que políticas públicas como Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 (lei nº 13.005/14) é exemplo da lógica mercadológica que vem se impondo. Definiu, como uma de suas diretrizes, a meta de aplicação de recursos públicos de 10% do produto interno bruto (PIB), até o final do decênio, conforme Meta 20. Asseguraria atendimento às necessidades de expansão dos sistemas com padrão de qualidade e equidade, mas viabilizou a concepção de “manutenção e desenvolvimento” do ensino favorecedor à iniciativa privada. Passou a abranger os recursos públicos transferidos aos grupos privados, por meio do PROUNI, do FIES, do PRONATEC, das creches conveniadas e dos convênios especiais, das escolas privadas de educação especial e de educação de jovens e adultos.

Cortes de gastos recorrentes, a implantação da emenda constitucional nº 95, um novo regime fiscal em 2016, impondo limites às áreas sociais por 20 anos, tendo como justificativas a crise econômica aberta em 2007/2008. Um indicador importante das dificuldades do financiamento da educação brasileira é a relação entre o valor anual do gasto em educação e o PIB do país. O Anuário de Educação Básica de 2020 oferece os dados sistematizados dessa relação de 2000 a 2017.

Tabela 1 – Percentual do gasto total em educação em relação PIB, em todos os níveis, Brasil 2000-2017

<b>ANO</b>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>% PIB</b>	4,6	4,7	4,7	4,6	4,5	4,5	4,9	5,1	5,3
<b>ANO</b>	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>% PIB</b>	5,6	5,6	5,8	5,9	6,0	6,0	6,2	6,3	6,3

Fonte: Anuário Brasileiro de Educação Básica (2020).

Os números da Tabela 1 indicam que a variação do percentual do PIB investido na educação brasileira, durante o período, foi demasiadamente tímida, em torno de 1,7%. Esse indicador representa um problema estrutural, do qual decorrem vários outros problemas históricos da educação brasileira. Há dívida social histórica com a educação.

Vejamos o problema da vinculação dos recursos da educação. Os impostos representam apenas 33% dos tributos que são pagos aos governos. Em 1991, a carga tributária era de 24,6%, subindo, em 2018, para 33,3% do PIB, enquanto os impostos cresceram apenas 17,3% no mesmo período. Para Pinto (2018), durante os últimos 18 anos em que estiveram em vigor para os recursos educacionais, os mecanismos de desvinculação da receita de impostos da União (FSE, FEF e DRU) confiscaram 2,9% do PIB a serem destinados ao ensino. Os 18% de impostos da União, previstos na Constituição Federal de 1988 para manutenção e desenvolvimento do ensino, transformaram-se em 14,4%. A sonegação de impostos também afeta muito a vinculação.

Segundo Davis (2006), ao longo dos tempos, existiu fragilidade e inelasticidade do volume de recursos aplicados, pois sendo os fundos determinados por impostos fixos e inflexíveis, estes acabam atuando como limitadores dos gastos com referência a uma educação de qualidade, na medida em que não se baseiam nas necessidades da expansão qualitativa do ensino. O novo FUNDEB (lei nº 14.113/200) enfrenta as limitações elencadas, em que pese o maior comprometimento da União com a complementação aos estados e municípios.

Graves são os problemas da fuga da vinculação, como explica Pinto (2018), fruto da busca de mecanismos que permitem ampliar a receita tributária da União sem aumentar os impostos. Ocorre por meio da criação e da ampliação de alíquotas das contribuições sociais e econômicas. Assim, quando o superávit existe, os recursos adicionais acabam entrando no caixa do Tesouro e são utilizados para o pagamento de despesas, como a dívida pública. Bolsonaro intensificou a austeridade com dotação de 108 bilhões em 2021, contra 138 bilhões de 2016.

## CONCLUSÕES

A crise estrutural do capitalismo se reflete no financiamento da educação pública, limitando os investimentos em educação. Identifica-se a fuga da vinculação, quando os recursos da educação pública incidem sobre os impostos e não ao conjunto da tributação. Esse é um dos problemas centrais que promove o travamento do orçamento público em educação, impossibilitando o cumprimento das metas estabelecidas no PNE 2014-2024.

Tal realidade transfere para estados e municípios maiores responsabilidades com a oferta de ensino público. As estratégias de fuga, isenções, sonegação e os contingenciamentos são parte dos planos de austeridade. Ocorre o travamento do orçamento da educação, sujeito ao desempenho econômico e sem proteção frente às crises cíclicas. O percentual do PIB relativo aos gastos variou de forma acanhada durante as duas últimas décadas.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO de Educação Básica. Todos pela Educação. São Paulo: Editora Moderna, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ARELARO, L.R.G. Ousar resistir em tempos contraditórios: a disputa de projetos educacionais. *In*: LOMBARDI, José Claudinei. **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. p. 47-58.

DAVIES, N. Fundeb: solução ou remendo para o financiamento da educação básica? *In*: GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES,

Taís Moura (org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, 2006. p. 43-70.

LOMBARDI, J. C. Crise do capitalismo e educação. Algumas anotações. *In*: LOMBARDI, J. C. **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. p. 61-90.

PINTO, J. M. R. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 846-869, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/rk4wKJgNYZsdt5QdgSgkDwG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SAVIANI, D. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira *In*: LOMBARDI, José Claudinei. **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. p. 31-44.

TONET, I. **Educação contra o capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.